

**- XLIV -****A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E  
O NOVO ATIVISMO CONSERVADOR****Máximo Augusto Campos**Masson, UFRJ, [maxmasson@ufrj.br](mailto:maxmasson@ufrj.br)**Leonardo Fortes Gomes**SEE/RJ, [falecomleogomes@hotmail.com](mailto:falecomleogomes@hotmail.com)**Maria Teresa Vianna Van Acker**UNIP, [mariatvanacker@gmail.com](mailto:mariatvanacker@gmail.com)

O trabalho discute a adoção e implementação pelo “grupo no poder” que assume o governo brasileiro a partir de janeiro de 2019 de proposições do que denominamos de “novo ativismo conservador”. Este embora tenha proximidades com expressões anteriores do conservadorismo político em educação, possui ineditismo que obriga a analisá-lo em chave teórica específica. Tomamos como exemplo da adoção governamental dos elementos do novo ativismo conservador o Decreto 9.465, publicado um dia após a posse de Bolsonaro.

Nossa análise tem por fundamentos os trabalhos de Gramsci (2000; 2000b), Bourdieu (1989; 2012; 2014), Poulantzas (1979) e Reich (1974). De Gramsci, nos atemos à abordagem dos processos de hegemonia e supremacia; de Bourdieu, as análises do “campo do poder”, do Estado e das políticas neoliberais, das instituições de ensino e a expansão da escolarização. De Poulantzas, a análise das classes sociais no capitalismo e da crise do *welfare state*. De Reich, a análise das relações entre normatização sexual e fascismo.

Buscamos apreender o “novo ativismo conservador” como fenômeno que emerge das dificuldades de constituição de processos de hegemonia, em sociedades de desenvolvimento capitalista tardio e de elevada desigualdade social como a brasileira, atentando também para potenciais efeitos políticos da universalização da escolarização em tais sociedades.

Discutimos inicialmente três características marcantes do “novo ativismo conservador” cujos efeitos incidem no cotidiano escolar e, conseqüentemente, sobre a gestão das escolas, podendo se maximizarem com a adoção do modelo escolar “cívico-militar”. São

elas: a heterogeneidade dos modos de intervenção de elementos conservadores; a adesão de segmentos das classes populares ao ativismo conservador, sobretudo quando é menor o capital cultura legítimo desses segmentos; a normatização da sexualidade para suprimir o “esquerdismo” e a “imoralidade”.

A realização de iniciativas de elevada heterogeneidade quanto a modos e espaços de intervenção por ativistas conservadores não necessariamente demandam maiores vínculos organizativos entre estes últimos, mas somente o compartilhar de determinados princípios como o “estabelecimento da ordem”, o controle ideológico e disciplinar, particularmente sobre indivíduos oriundos das classes populares.

Nesse sentido, os discursos desses ativistas, especial sua reprodução em redes sociais, sobrevaloriza a presença de riscos à ordem presentes no universo escolar, os quais decorreriam da disseminação de um “ideário de esquerda”, a combater, seja de forma organizada – caso das ações de organismos de extrema-direita como o Movimento Escola sem Partido e o Movimento Brasil Livre – seja por atos individuais ou de pequenos grupos.

A instituição de escolas com caráter “cívico-militar” pode expressar objetivo do grupo no poder de impedir qualquer processo efetivo de democratização de escolas cujas clientelas sejam constituídas predominantemente por estudantes oriundos das classes populares, sob as quais recai intensamente a exploração capitalista. A “militarização” das escolas seria forma de disciplinar futuras gerações dessas classes - sempre vistas na tradição conservadora como “perigosas” - afastando-as, assim, do “crime”, da “imoralidade” e da “insurgência política”.

O apelo à “ordem” e à “disciplina” com o objetivo de assegurar “bom desempenho escolar”, contraponto ideológico de cooptação dos subalternos, pode se constituir em elemento político institucional produtor de formas de censura e constrangimentos a professores e estudantes que não se enquadrariam nas proposições conservadoras. O modelo “cívico-militar” das escolas, calcado na tradição da manutenção do poder hierárquico *tout court* tende a legitimar atos, por parte de estudantes, pais e mesmo professores, de censura ao trabalho de docentes pouco “disciplináveis”, como: críticas ao estudo de determinados conteúdos programáticos ou a enfoques adotados por professores, em especial daquelas disciplinas escolares mais atacadas pelo dogmatismo conservador (história, geografia, sociologia e filosofia).

Desse modo, é possível que a generalização do modelo de escola proposto no decreto contribua para ampliar sensações de insegurança entre gestores, além de se contrapor ao

histórico esforço do movimento sindical de professores em prol de processos democráticos de escolha dos dirigentes escolares.

A alta adesão das classes populares (hoje clientela predominante nas escolas públicas), em especial em áreas urbanas metropolitanas, ao ideário conservador pode, ao menos hipoteticamente, ser potencializada por instituições de ensino onde a ordem se sobrepõe à compreensão crítica da realidade, em um processo de “naturalização da ordem social”.

Na atualidade, os modos de agir dos socialmente subalternos tornados militantes conservadores se diferem de práticas advogadas por formas anteriores de conservadorismo – caso do tradicionalismo católico - em que a adesão ideológica aos dominantes se fazia pela “passividade” e consentimento irrefletido.

Ao contrário, o novo conservadorismo estimula a intervenção dos socialmente subalternos para o trabalho de reprodução acrítica dos “valores da ordem”, notadamente pela superação do que seriam as mazelas da sociedade, compreendidas como produtos históricos de desvios morais. Assim, da “corrupção” às “patologias morais” se propagandeia a construção de uma ordem idealizada, em que cada estrato ou segmento social ocuparia posição diferenciada, conforme seus atributos naturais e imutáveis, e sem que indesejáveis conflitos sociais se exacerbassem. Como o necessariamente o conhecimento científico “desnaturaliza” a ordem social e abala o senso comum, uma escola tradicional com formas pedagógicas pautadas *in extremis* na autoridade convencional termina por privilegiar este último, consagrando a reprodução das desigualdades sociais, inclusive quanto ao capital cultural socialmente legitimado.

Nessa perspectiva, se reafirmaria, a princípio, concepções sobre a universalidade e a-historicidade de determinados valores morais (em especial o da fé religiosa) e instituições (em especial a família em sua forma monogâmica e homoafetiva). Todo discurso que objetivasse relativizar ou criticar tais valores e instituições contribuiria para um “estado de insegurança e desordem social”, legitimando sua repressão, inclusive pela violência física.

De igual modo, a normatização da sexualidade vem a se constituir em elemento central na luta contra a “imoralidade” e o “esquerdismo”, se adequando a imagens presentes no *ethos* de instituições em que predomina uma disciplina “militar”.

O apelo à ordem moral “natural” possibilita a cooptação de segmentos das classes trabalhadoras e de extratos das “classes médias tornando esses agentes ativos defensores da ordem, em que se combinariam, não contraditoriamente, uma moral conservadora quanto aos costumes e uma lógica econômica ultraliberal.

É necessário observar que no âmbito das classes subalternas recrudesce o emprego informal. O instrumento ideológico que legitima socialmente a informalidade - a ideologia do empreendedorismo – só produz efeitos reais quando se assenta sobre forte disciplina pessoal, de caráter moral e sexual, algo possível de potencializado em uma escola “militarizada”.

O novo ativismo conservador ao apresentar respostas de senso comum, pautadas por um desejo de “ordem”, para questões que afligem importantes conjuntos de classes sociais, se confronta com formulações educacionais contrárias a favor da democratização das sociedades. Nesse sentido, o campo educacional ganha dimensão estratégica quando a forma de dominação de classe assume traços proto-fascistas, em especial diante de da universalização da escolarização, tornando os “modelos de escola” – e de sua gestão - novamente objeto de luta política.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Sobre o Estado. Cursos no *Collège de France* (1989-92). Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P., WACQUANT, L. Una invitación a la Sociología Reflexiva. Tradução de Ariel Dilon. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GRAMSCI, A. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Caderno 12. In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere vol. 01. COUTINHO, C. N., NOGUEIRA, M. A., HERIQUES, L. S. (org). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. Caderno 13 In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere vol. 03. COUTINHO, C. N., NOGUEIRA, M. A., HERIQUES, L. S. (org). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POULANTZAS, N. O Estado, O Poder e o Socialismo, Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro, 1979.

REICH, W. A Psicologia de Massas do Fascismo. Tradução de J. Silva Dias. Porto: Publicações Escorpião, 1974.